



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
31/10/2018.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 37

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

Embora estivesse convocada para as 15:00 horas, a reunião só começou às 16:00 horas, altura em que a Sr.<sup>a</sup> Presidente deu início aos trabalhos, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### ORDEM DO DIA

#### **FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**

1. Documentos Previsionais para o ano de 2019: Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento.
2. Autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais.

#### **CÂMARA MUNICIPAL**

3. Cargos de direção intermédia de 3.<sup>o</sup> grau - aumento do nível remuneratório.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### **1. Documentos Previsionais para o ano de 2019: Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento.**

A **Sr.<sup>a</sup> Presidente** apresentou o ponto, enunciando resumidamente os valores do orçamento da receita e da despesa e a forma como foram feitos os respectivos cálculos.

Enunciou também os investimentos a levar a cabo em 2019 e as respetivas dotações, as receitas provenientes de transferências, as despesas correntes e as verbas inscritas. Informou ainda que está no processo o parecer do ROC.

Referiu que tentaram pôr em orçamento as obras estruturantes e dar continuidade às iniciadas.

O valor do orçamento é este, não couberam algumas das propostas que o executivo permanente queria, assim como o MpM e a CDU.

Prevê-se cerca de 10 a 11 milhões de euros de saldo de gerência, o que será menos do que nos últimos anos.

Seguidamente apresentou o histórico da evolução das despesas correntes e de capital ao longo dos anos, desde 2014 até 2018, referindo que as despesas de capital aumentaram.

A **Sr.ª Presidente** referiu que este é um resumo dos valores do orçamento para 2019, que reflete o que tem vindo a ser falado ao longo do ano, pelo que gostaria de ouvir o que os Srs. Vereadores tiverem a dizer.

Antes de dar a palavra aos Srs. Vereadores, a **Sr.ª Presidente** deixou uma palavra de agradecimento aos trabalhadores, que apesar das intempéries conseguiram que se pudessem executar as verbas que enunciou.

Informou ainda, em relação ao mercado, que continua à espera que a Direção do Tesouro diga se é possível fazê-lo no lugar em que está agora, porque só depois desta informação se poderá decidir e avançar com o projeto.

Sobre a piscina, informou que está a ser visto com o Arqt.º Miguel, para depois se lançar o procedimento.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** pediu esclarecimentos sobre o valor do saldo de gerência que a Sr.ª Presidente anunciou, uma vez que o Resumo de Tesouraria presente na reunião ordinária de segunda-feira apresentava um valor de 15 milhões de euros.

A **Sr.ª Presidente** esclareceu que o facto de os valores estarem comprometidos não significa que se gastem logo.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** disse que percebeu, e referiu que não pode deixar de mencionar o facto de que desde o envio dos documentos, com mais de 300 páginas, até à data de hoje, com uma reunião ordinária pelo meio, o tempo não lhe parece ser suficiente, e, na sua opinião, a reunião não devia ter sido realizada no último dia do prazo previsto, porque assim não se podem fazer alterações. No seu entender, o documento deveria ser entregue a meio do mês, depois deveria ser feita uma reunião de trabalho para incluir as sugestões, e só então se faria a reunião para aprovar o orçamento.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que analisou os documentos e não tem nada a acrescentar.

**Não havendo mais intervenções, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

1018 - Nos termos do ponto 2.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, apresenta-se a proposta de Documentos Previsionais do Município da Marinha Grande para o ano de 2019, constituída pelas Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Orçamento.

De acordo com o artigo 28.º, n.º 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, o mapa de pessoal deve acompanhar a proposta de orçamento.

### **GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O PERÍODO DE 2019-2022**

Presente proposta das Grandes Opções do Plano, constituída pelo Plano Plurianual de Investimentos e pelo Plano de Atividades Municipais.

Presente proposta do Plano Plurianual de Investimentos do Município da Marinha Grande no total de 42.977.326,52 € e com um total de financiamento definido para o ano de 2019 de 8.007.248,59 € e não definido de 20.374.353,74 €.

Presente proposta do Plano de Atividades Municipais do Município da Marinha Grande no total de 112.525.262,88 € com um total de financiamento definido para o ano de 2019 de 10.871.296,40 € e não definido de 466.190,00 €.

Colocado o documento a votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido, foi o mesmo rejeitado.

### **MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2019**

Presente proposta de mapa de pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande, elaborada nos termos do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.

Colocado o documento à votação, que aqui se dá por integralmente reproduzido, foi o mesmo rejeitado.

### **ORÇAMENTO PARA 2019**

Presente proposta do Orçamento do Município da Marinha Grande para o ano de 2019, num total de 25.850.910 € procedendo-se à sua análise e discussão.

**Colocados os documentos à votação foram os mesmos rejeitados.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos contra e 3 votos a favor.**

**As Srs.ªs Vereadoras da CDU proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Em primeiro lugar não podemos deixar de lamentar a forma como a discussão dos documentos provisionais foi gerada. É de lamentar que os mesmos nos cheguem às mãos com uns escassos 4 dias para análise, e que a reunião para discussão dos documentos aconteça no último dia possível, o último dia para a sua aprovação. Questionamos se este modo de actuar deixa margem para que possa haver alguma discussão construtiva, aceitação de novas propostas ou mesmo uma governação com consensos. Sugerimos que o documento ora apresentado nos fosse facultado com tempo para que pudesse haver uma reunião de trabalho e de convergência de ideias atempadamente e não à última hora. Sugestão que não foi aceite pela Sr.ª Presidente da Câmara.*”

*Para a Cdu os compromissos para com a população passam por suprir as suas necessidades mais prementes, numa primeira instancia e as complementares depois.*

*É nesta lógica de satisfação de necessidades que entendemos que os Orçamentos Municipais devem ser elaborados.*

*Nas necessidades primárias há aspectos que reputamos de fundamentais. Primeiro, permitir que as populações tenham disponíveis meios e serviços que lhes possibilitem viver com dignidade e em boas condições sanitárias, bem como contribuir para que as condições económicas da vida do concelho não se degradem, antes pelo contrário progridam, porque só assim teremos condições económicas suficientemente fortes para vivermos com dignidade. Para isso é prioritário que existam vias de circulação capazes e dotadas de infra-estruturas, onde elas se mostrem necessárias, que melhorem a nossa qualidade de vida e que se criem condições para que o desenvolvimento económico do concelho seja cada vez maior. Isto obriga a que se invista na rede de circulação, na rede de saneamento e na rede distribuidora de água no alargamento da zona industrial bem como nas infra-estruturas industriais.*

*Em segundo lugar há que criar serviços de apoio à vida, nomeadamente na educação, na saúde, na habitação social na cultura e no desporto.*

*Estas prioridades devem levar a que se tenha uma visão do conjunto das necessidades do concelho atuais e futuras e que se levem a cabo investimentos que, não sendo avulsos, conduzam no futuro a uma vivência social com qualidade. A criação de todas estas condições deve ser feita, do nosso ponto de vista, através de um planeamento que a todos envolva, e que se não restrinja à visão egocêntrica que alguns têm do que é o seu, efémero, poder.*

*Tendo por base esta filosofia, que é a nossa, analisemos este orçamento.*

*Na rede viária estão orçamentados melhoramentos num total de 2.954.107€, dos quais estão definidos para 2019 apenas 1.044.783€. E, ainda que em algumas destas ruas o seu orçamento contemple também a parte do saneamento, note-se que fora delas, só para o saneamento o orçamentado é de 2.092.591€, dos quais 1.814.000€ para os serviços de tratamento, isto é, para pagar à SIMLIS. O que sobra não dará por certo para colocar, para além do saneamento das ruas a beneficiar, numa única rua que o não tenha. E são ainda, infelizmente, muitas.*

*Na rede de águas estão em orçamento 5.015.114€, dos quais definidos para 2019, 650.815€ e para anos futuros o restante. Sabemos todos os problemas que a adutora dos Altos Picotes nos pode vir a trazer dada a situação de degradação em que se encontra. Para o ano de 2019 o orçamento define para investir, a fim de minorar aquilo que se pode tornar uma desgraça para todos, cerca de 135.000 €. O necessário fica para as calendas gregas á espera que não venha o diabo. Temos ainda na má memória o sucedido este Verão em S. Pedro, com rupturas frequentes, com tudo o que de negativo acarreta...*

*No melhoramento das Zonas Industriais, nomeadamente na do Casal da Lebre, o Orçamento prevê um investimento na rede viária de 1.270.306€. Para alargamento da mesma, NADA. Sendo nós um concelho industrial, era bom que se definisse uma política que, alargando a nossa ZI, pudesse permitir que houvesse terrenos em condições para a vinda e instalação de novas Indústrias no concelho. A este respeito este orçamento diz zero. Nesta área estão previstos investimentos avultados na área do acolhimento empresarial 4.412.060€ para este ano e futuros. Resta saber em que é que vão ser gastos e para que vão servir.*

*Nos aspectos de apoio á nossa vida colectiva, nomeadamente na educação estão previstos investimentos de 3.862.666€. Aqui o grande investimento é num centro escolar 1.549.370€.*

*Na saúde entendemos que o melhoramento do nosso centro de saúde é uma óbvia necessidade. A Cdu tem desde sempre propugnado por melhores condições no acesso á saúde e não deixa de ser positivo, do nosso ponto de vista, o investimento previsto de 1.109.644€, no Centro de Saúde.*

*Na habitação estão previstos dentro do programa Habitar Centro cerca de 2.150.000€. Falta saber quais são os edifícios a recuperar e para que vão servir.*

*Para a cultura e desporto, para além das Festas da Cidade, parece-nos que a animação no Centro histórico com apenas 32.195€ é manifestamente insuficiente para atrair gente ao centro e dinamizar a nossa vida social. Também lamentamos a falta de visão para lançar m projecto turístico de dimensão suficiente para atrair gente ao Concelho e dinamizar as nossas Praias.*

*No desporto ficamo-nos pelo projeto da piscina e pelo patinódromo (sendo que este é um projecto decorrente do Orçamento Participativo que já devia ter sido concretizado em 2017). Continua por definir uma política de apoio á actividade desportiva que deve ter, do nosso ponto de vista, 2 aspectos fundamentais. A formação e a representação. Nestes aspectos também este orçamento nada clarifica.*

*O mesmo se pode dizer do interface de transportes com investimento previsto de 1.059.448,810€. Face às polémicas hoje existentes sobre a sua localização, e não deixando de ter em conta que a que se propõe vinha sendo consensual há alguns anos, entendemos que deveria ter sido objecto de uma maior discussão nos tempos de hoje. Os tempos, e a evolução da sociedade, podem levar a que localizações anteriormente assumidas estejam hoje fora da realidade.*

*Independentemente de muito mais podermos dizer sobre o documento que nos foi presente, e para análise do qual nos foram dados 4 dias com uma reunião ordinária pelo meio, temos de novo um conselho a dar ao executivo. Dialoguem, percebam que não podem impor a vossa vontade a todos. A população do concelho quando votou em vocês para liderar a Câmara Municipal, não deixou de vos avisar. Dialoguem, consensualizem com os outros e não imponham a vossa vontade a qualquer preço. Há muitos anos que a vossa única vontade vem mostrando que não vai pelo melhor dos caminhos e quem sofre é o Concelho e os Municípios...*

*Votamos contra este Orçamento.*

*As Vereadoras da CDU,  
Alexandra Dengucho  
Lara Lino”*

**Os Srs. Vereadores do MpM proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“Um orçamento deveria ser um documento fundamental para a vida do município, ser rigoroso e concreto, e basear-se numa orientação estratégica e numa visão de medio/longo prazo, onde se tomassem as decisões mais corretas com vista à satisfação das necessidades dos munícipes.*

*No seguimento dos anteriores, o orçamento 2019, incluirá as despesas fixas com pessoal, a gestão corrente e alguns investimentos que são, maioritariamente, uma cópia do ano anterior, com um volume significativo de obras que, estando previstas, não se realizaram.*

*Continuamos sem um plano estratégico, indo ao sabor do vento, sem qualquer visão para o concelho da Marinha Grande.*

*O orçamento é o melhor instrumento de planeamento quando incorpora objetivos e metas bem definidas para um determinado período. Devia transmitir-nos um olhar alargado sobre a organização, a capacidade de execução orçamental e aquilo que consideramos fundamental para o desenvolvimento económico-social, afetando a qualidade de vida dos cidadãos.*

*Como elemento estimativo, o orçamento permite incorporar todas as rubricas que se queira, as que se pretendem realizar e as outras, como usualmente se afirma “o papel aguenta tudo”. Já a qualidade dum orçamento avalia-se pelo seu desempenho, pela capacidade de executar o que planeámos.*

*Desde o orçamento de 2014, que vimos insistindo que a realização das obras não depende do orçamento aprovado, mas sim de quem tem capacidade para o executar. Também por esse motivo, o nosso sentido de voto foi sempre contrário à sua aprovação com exceção do orçamento deste ano, aprovado em dezembro passado, onde demos o benefício da dúvida a este novo executivo.*

*Entendemos que os três membros do executivo permanente precisavam que lhes fosse dada uma oportunidade para demonstrarem a sua capacidade de executar o planeado, numa forma organizada, cumprindo o plano estabelecido. Com isto decidimos não votar contra qualquer proposta ao longo deste ano, dando o benefício da dúvida, mas agora chegámos ao momento da avaliação.*

*Seguindo as boas práticas de que “só melhoramos o que medimos”, antes de elaborar o orçamento 2019, solicitámos ao executivo permanente o estado do desempenho do orçamento de 2018, com um balanço da execução orçamental 2018, referenciando em cada rubrica o valor da taxa total de execução.*

*Sem surpresas, e na senda dos anos anteriores, o resultado foi o esperado, temos uma taxa de execução de despesa de capital de 23,3%. Ou seja, o investimento em obras incluídas no orçamento, está a menos de ¼ do que era previsto para este ano. Lembramos que à data de hoje, está 80% do ano decorrido.*

*Infelizmente para os marinhenses, comprovou-se que estávamos certos nos anos em que votámos contra o orçamento apresentado e também se confirma que com os mesmos ingredientes, entenda-se o executivo PS, obtemos os mesmos resultados.*

*Desde o início do mandato que apresentamos propostas em todas as reuniões de Câmara, bem como no orçamento e na revisão de junho, em função das carências estruturantes da cidade e das necessidades dos munícipes. Algumas (poucas) são tidas em conta, outras não são atendidas, muitas são colocadas no orçamento e não são realizadas.*

*A Presidente e os outros vereadores com pelouro não compreendem a importância do orçamento aprovado e adulteram-no permanentemente (vamos na 25.ª modificação orçamental o que não acontece em lugar algum). Deixam de fora obras estruturantes para o futuro da nossa terra, como seja o desenvolvimento das zonas industriais, a criação de*

*variantes que retirem o maior tráfego do centro (sobretudo os camiões), a criação de novos equipamentos sociais (envelhecimento, toxic dependência, prostituição, deficiência, juventude). Outras obras fundamentais vêm em todos os orçamentos dos últimos anos, como a reabilitação da adutora dos Altos Picotes, a Piscina, Parque TIR, saneamento e águas residuais em todo o concelho, o comprometimento para a revisão do regulamento dos apoios, mas não são realizadas.*

*Há anos que isto é assim e com este executivo manteve-se. E não podem queixar-se dos munícipes, que, felizmente, vão conseguindo gerar mais riqueza e contribuindo com os seus impostos. Neste orçamento de 2019, todos os impostos aumentam, ou seja, as empresas e os cidadãos “emprestam” cada vez mais dinheiro à Câmara, que, mesmo aumentando 20% as despesas com pessoal, tem mais dinheiro para investir em obras e não revela capacidade para o efeito.*

*Estamos perante um orçamento de continuidade, fictício e ilusório, em que muitas das rubricas (e milhões de euros) transitam de 2018 porque o executivo permanente, e o grupo que o acompanha, não conseguiu executar obras, demonstrando incapacidade para gerir a nossa autarquia. Este sim é o verdadeiro problema.*

*Em suma, e da análise dos documentos apresentados e do que foi executado em 2018, não se vislumbram quaisquer políticas de desenvolvimento económico e social, de educação, uma preocupação efetiva por uma política desportiva e de planeamento cultural, uma aposta na dinamização do comércio e promoção do turismo, um cuidado no planeamento e na organização da Câmara Municipal numa lógica de uma administração moderna, próxima dos cidadãos, e sobretudo não identificamos uma liderança e uma equipa capaz de pôr em prática um qualquer orçamento.*

*Por não corresponder a uma ambição de desenvolvimento para a nossa terra, que garanta uma efetiva melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, e fundamentalmente porque a Presidente e a sua equipa já provaram que não têm capacidade para planear e executar as obras orçamentadas, votamos contra a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano 2018.*

Marinha Grande, 31 de outubro de 2018

Os Vereadores  
Aurélio Ferreira  
Mêlina Mira”

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente proferiu a seguinte declaração de voto, também subscrita pelo Sr. Vereador Carlos Caetano e pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia Guerra:**

*“Mais uma vez a discussão do Orçamento tem por base mais do mesmo que temos vindo a ouvir ao longo deste ano de mandato.*

*Acusam-nos de falta de consensualização, no entanto ao solicitarmos reuniões para este Orçamento ou sugestões para o mesmo não obtivemos de qualquer uma das forças políticas da oposição qualquer sugestão.*

*Afirmam que o Orçamento deve ser rigoroso, concreto, com orientação estratégica, e elaborado com visão a longo prazo. É isso que mais uma vez refletem os documentos aqui apresentados. Das obras não realizadas no Orçamento iniciado em janeiro de 2018 falta apenas o projeto da piscina municipal, que aguarda a tal proposta de consenso depois de uma reunião havida com os Srs. Vereadores, embora há poucas semanas atrás.*



*Falta realizar a construção da creche no antigo edifício da Ivima, tendo os Srs. Vereadores conhecimento do que até à data o impediu de realizar, uma vez que depois da obra consignada e ao iniciar-se a mesma se verificaram possíveis problemas estruturais do edifício que estando destinado para o fim identificado (creche para crianças) nos mereceram os maiores cuidados, aguardando até à data informação para depois podermos dar continuidade à obra.*

*A terceira obra identificada nesse mesmo Orçamento e não realizada prende-se com uma parte de infraestruturas de saneamento da Amieira que foi impugnada, o que não nos permitiu a sua realização.*

*Referimos que este Orçamento tem 10 meses de execução e que no início desta reunião foram apresentados os números da evolução da realização do PPI desde 2014 até ao ano de 2018, com os valores identificados, cumprindo este ano praticamente o valor superior em:*

*2014 – 2 Milhões e 52 mil euros*

*2015 – 1 Milhão e 832 mil euros*

*2016 – 1 Milhão e 440 mil euros*

*2017 – 2 Milhões e 491 mil euros*

*2018 – nesta data um valor superior a 4 Milhões de euros,*

*o que com os números reflete o aumento de execução durante estes 10 meses de mandato.*

*Relativamente aos projetos de obras que estavam previstas realizar, os projetos têm-se desenvolvido até à data, o que nos tem permitido que neste momento, para além dos cerca de 4 Milhões já pagos, tenhamos em curso as obras no valor de cerca de 2 Milhões.*

*Iremos também fazer todos os possíveis que para além destas se ultrapassem as dificuldades para consignar até ao final do ano obras que estão devidamente identificadas.*

*A capacidade de execução orçamental que nos acusam de não cumprirmos reflete-se nos números acima referidos.*

*Em dezembro foi-nos dado o benefício da dúvida segundo palavras dos Srs. Vereadores. Estávamos a menos de 2 meses de mandato e a atitude já era esta. Diria eu, mais palavras para quê?*

*Efetivamente o Orçamento para este ano foi entregue aos Srs. Vereadores dentro do prazo legal, no entanto foram solicitadas reuniões com os mesmos para que o pudéssemos trabalhar em conjunto. Lamentamos que não tivesse havido mais tempo, mas certamente também não se esqueceram de uma intempérie a 13 de outubro que nos focou, em termos de executivo, em situações não previstas e que em cooperação, compreensão dos Srs. Vereadores esperaríamos nós, executivo permanente, que tivesse acontecido.*

*Aguardamos então, nesta data, que dado que o Orçamento foi chumbado e que os Srs. Vereadores têm o Orçamento proposto pelo executivo permanente, venham então propor as alterações que assim entenderem ao mesmo para se agendar uma próxima reunião para aprovação do que então vierem a propor.*

*Não posso deixar de referir, relativamente a situações apontadas, como as variantes, é um assunto que tem vindo a ser falado com as Infraestruturas de Portugal e que não se poderia ver refletido neste Orçamento.*

*Na Zona Industrial estamos a realizar as obras com financiamento candidatado, para tirar os camiões de algumas zonas temos vindo a encontrar soluções com a Administração da Santos Barosa.*

*Relativamente às áreas sociais identificadas pelos Srs. Vereadores do MpM – velhice, toxicodependência, prostituição, existem projetos no concelho com competências nesta matéria aos quais a Câmara tem vindo a reforçar o apoio.*

*Relativamente aos impostos não é isso que estamos a aprovar neste Orçamento, porque teremos oportunidade de falar sobre os mesmos aquando das propostas de alteração, o que não é agora o caso.*

*Relativamente à Administração e Modernização, existe uma verba em Orçamento e disso iremos dar continuidade ao processo iniciado.*

*Referir ainda que nos primeiros seis meses da execução do mandato a camara municipal esteve fortemente condicionada por fatores internos e externos. Desde longo pelo grande incêndio de 2017 que causou inúmeros prejuízos em bens e equipamentos municipais e aos quais foi preciso dar resposta, não apenas ao nível técnico como político. A Câmara Municipal através do seu corpo político e técnico teve a responsabilidade de fazer o levantamento dos prejuízos e servir de interface entre os particulares lesados e a CCDRC. A urgência e necessidade gerada por este incidente veio acentuar a sensação de falta de quadros técnicos superiores para a elaboração de cadernos de encargos, adjudicação de empreitadas e acompanhamento e execução das mesmas. Esta é uma preocupação que temos desde o princípio, e que nos levou a que estejamos a tentar fazer contratação de recursos humanos para as áreas de ação direta do município. Manteremos esse esforço para 2019.*

*A maior parte dos investimentos previstos em PPI para execução em 2018 não tinham ainda projetos iniciados ou completos que permitissem o lançamento de procedimento concursal para adjudicação e conseqüente execução das empreitadas em tempo útil. acresce a este o facto de em algumas situações, por força do próprio mercado, os concursos terem na primeira tentativa ficado sem propostas válidas, o que implicou necessariamente uma revisão de preços, com aumentos substanciais no valor base do concurso e ainda o facto de, sendo adjudicações de valor superior a 350.000 euros, requererem visto obrigatório do Tribunal de Contas, o que em alguns casos tem forçado ao retardamento da consignação da obra. Tudo isto ajuda a explicar que tenhamos uma execução da despesa de capital relativamente baixa, em relação ao expectável, apesar de muito acima dos anos anteriores, o que revela um forte empenho do executivo e do quadro de pessoal da Câmara para cumprimento dos seus objetivos.*

*No que toca à Revisão ao orçamento de 2018, sendo os Orçamentos construídos com base numa perspectiva de acção futura, com elevado grau de imprevisibilidade quanto à sua realização, é normal que chegados ao final do ano, após o encerramento de contas, resulte um diferencial que, normalmente, se espera que seja positivo. Ou seja, é expectável que no final do exercício económico resulte um saldo positivo entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas.*

*É esse facto que garante a sustentabilidade das finanças locais e a autonomia da própria Autarquia para o seu planeamento futuro.*

*O saldo de gerência resulta também da não aplicação de fundos previstos em sede de Orçamento. Ou seja, verbas que foram inscritas em orçamento e cativas para determinados investimentos materiais que, por alguma razão, não foram realizados. Anualmente, após o primeiro trimestre, em que por regra as contas do exercício económico transacto têm de estar encerradas, os Municípios, por proposta dos seus Executivos, aprovam a 1ª Revisão ao Orçamento precisamente para encaixe do saldo de gerência nas contas do Orçamento e foi isso que fizemos.*

*É também a oportunidade para se inscreverem novas acções, novos investimentos, novos projectos, respeitando sempre as regras orçamentais.*

*Em 2018 o Município da Marinha Grande encerrou o exercício económico com aproximadamente 13 milhões de euros de saldo positivo, tal como apurado no final do primeiro trimestre de 2018. Cumpriu-se o orçamento e fez-se obra.*

*Um valor que resultou em muito da baixa execução dos orçamentos dos anos anteriores, sobretudo a partir de 2014, conforme revela quadro acima, em que foram sendo inscritos investimentos cuja execução não foi concretizada, transitando para anos seguintes.*

*Do exposto nestes pontos introdutórios resulta mais clara a proposta de Orçamento Municipal (PPI e PAM) para 2019.*

*Tal como para a Revisão ao Orçamento de 2018, também para a elaboração do Orçamento 2019 este Executivo procurou alcançar o consenso com todos os Vereadores eleitos na Câmara, tendo solicitado para o efeito a realização de reuniões conjuntas para discussão do documento.*

*A esse convite respondeu formalmente o MpM com a seguinte consideração:*

*«(...) concluímos que o orçamento de 2019, deve incluir todas as obras que não são realizadas em 2018 (e são muitas), apesar de orçamentadas.*

*Entendemos não ser necessário qualquer reunião preparatória, dado que é do conhecimento da Sra. Presidente e restantes vereadores, as necessidades da Marinha Grande, e que os vereadores do MPM há muito têm alertado.*

*Os nossos contributos para o orçamento 2019, estão plasmados nas declarações de voto aquando da aprovação do orçamento 2018 (dezembro) e na revisão orçamental (Junho), bem como nas propostas e sugestões que temos vindo a fazer em cada reunião camararia, e que, com certeza, a Sra. Presidente anotou...»*

*Não obstante, o executivo deu cumprimento ao disposto na Lei 24/98 de 26 maio:*

*Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade. (art.º 5, n.º 3)*

*Foram ouvidos o Partido Social Democrata, o Movimento + Concelho, o Movimento pela Marinha e o Bloco de Esquerda.*

*O PCP/CDU manifestou a sua indisponibilidade para esta audição, e numa mensagem dirigida à Senhora Presidente afirmou que:*

*«(...) o PCP vai novamente, através dos seus eleitos na Câmara e Assembleia Municipal, insistir em propostas estruturantes há muito reivindicadas pela população e das quais não abdicamos, incluindo-as nos respectivos documentos previsionais.*

*O que infelizmente constatamos é que, não obstante haver dotação orçamental e instrumentos de gestão aprovados, esta Câmara de maioria PS desperdiçou um ano e não concretizou nenhuma obra de vulto- atente-se a baixa execução orçamental realizada até ao momento por este executivo.»*

*Este Orçamento que apresentamos é a continuidade do trabalho que foi iniciado há apenas 10 meses. Não se alcançaram todos os os objetivos, mas muito já foi feito, como revela o aumento da taxa de execução orçamental da despesa de capital (superior à soma dos valores executados em 2016 e 2017).*

*O que não foi realizado, ao contrário do que afirma a Oposição, seja na Câmara seja na Assembleia Municipal, não resulta da falta de empenho e de compromisso diário deste executivo permanente com os Marinhenses e as Instituições do concelho.*

*Inúmeros fatores contribuíram ao longo deste ano para que tal acontecesse. Desde logo o facto de este ser um executivo em minoria na Câmara e que não tem um apoio maioritário na Assembleia Municipal.*

*A própria negação da delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente, conforme prevê a Lei, para a gestão ordinária e corrente, é um declarado travão colocado pela Oposição na Câmara Municipal ao executivo prejudicando diretamente a eficiência na gestão municipal.*

Reunião extraordinária da  
Câmara Municipal da Marinha  
Grande realizada no dia  
31/10/2018.

Mandato de 2017/2021  
Ata nº 37

*Em outubro de 2017 os Marinhenses escolheram quem queriam para Governar e quem queriam ter na Oposição.*

*Por isso, Srs. Vereadores peço-vos que proponham medidas para alterarmos aquilo que tivermos que alterar, na defesa dos interesses dos cidadãos e do concelho.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

Os restantes pontos da ordem do dia, com a epígrafe:

- 2. Autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais**
- 3. Cargos de direção intermédia de 3.º grau - aumento do nível remuneratório**

não foram discutidos, uma vez que ficaram prejudicados com a rejeição dos Documentos Previsionais para 2019.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 17:30 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**A Presidente da Câmara Municipal,**

**A Secretária da reunião,**

O conteúdo desta reunião encontra-se registado em suporte digital.